

Cultura Digital: novo sentido e significado de documento para a memória social?

Digital Culture: new sense and meaning of document for social memory?

por [Vera Dodebei](#)

Resumo: Da construção histórica do conceito de documento, ao caráter híbrido das mídias que compõem as “nuvens” de memórias virtuais e suas linguagens, este artigo busca compreender o sentido (processo) e o significado (produto) que a ideia de documento possa ter para uma memória social digital. O documento, no âmbito da ciência da informação e da memória social, é a matéria de discussão da primeira parte desta comunicação. Em seguida, indica-se o cenário tecnológico das mudanças ocorridas na cultura digital da modernidade para a pós-modernidade e dos objetos digitais representados pelas mídias híbridas que modificam a trajetória da ciência da informação e formatam a memória social. Como conclusão, apresenta-se o estado-da-arte, no Brasil, das ações políticas para a constituição de arquivos, bibliotecas e museus digitais virtuais e da preservação do documento/patrimônio (nascido) digital.

Palavras-chave: Cultura digital; Documento; Ciência da informação; Memória social; Patrimônio digital.

Abstract: From the historical construction of document concept to the hybrid character of the new media that composes the "clouds" of virtual memories and their languages, this article aims to understand the sense (the process) and the meaning (the product) that the idea of document may have for digital social memory. The document, in the context of information science and social memory, is the subject of discussion in the first part of this communication. Then we point out the scenario of technological changes in digital culture from modernity to postmodernity and the digital objects represented by the hybrid media that modify the trajectory of information science and the social memory format. As a conclusion, we present the state of the art, in Brazil, in relation of the ongoing political actions for the constitution of digital and virtual archives, libraries and museums and the preservation challenge concerned the born digital document/heritage.

Keywords: Digital culture; Document; Information science, Social memory, Digital heritage.

O gosto da composição geometrizar, de que podemos traçar uma história na literatura mundial a partir de Mallarmé, tem como fundo a oposição ordem-desordem, fundamental na ciência contemporânea. O universo desfaz-se numa nuvem de calor, irremediavelmente num abismo de entropia, mas no interior desse processo irreversível podem aparecer zonas de ordem, porções do existente que tendem para uma forma, pontos privilegiados nos quais podemos perceber um desenho, uma perspectiva. (Italo Calvino, Seis propostas para o próximo milênio)

Documento e a questão conceitual ¹

Da construção histórica do conceito de documento, ao caráter híbrido das mídias que compõem as “nuvens” de memórias virtuais e suas linguagens, este artigo busca compreender o sentido (*processo*) e o significado (*produto*) que a ideia de documento possa ter para uma memória social digital.

Meu desejo pessoal de memória me leva outra vez a visitar minha tese de doutoramento ², defendida no ano de 1997, da qual tomo emprestado o título com a diferença relativa ao acréscimo da expressão “*cultura digital*”. Esse conceito desafiador reorganiza o discurso sobre as relações entre o mundo documental e o mundo virtual no qual já estamos imersos.

A ideia de documento, no âmbito da ciência da informação e da memória social, é a matéria de discussão da primeira parte desta comunicação ([Dodebei, 1997](#)), seguida de comentários sobre as mudanças do cenário tecnológico na cultura digital da modernidade para a pós-modernidade ([Hand, 2008](#)) e dos objetos informacionais representados pelas mídias híbridas que modificam a trajetória da Ciência da Informação e formatam a memória social, finalizando-se a discussão com a apresentação do estado-da-arte das ações de constituição de arquivos, bibliotecas e museus digitais virtuais e a questão do documento/patrimônio (*nascido*) digital ([Dantas, Dodebei, 2010](#)).

A razão de questionar o [conceito de documento](#) lá pelos idos de 80 do século passado, na Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (*Unirio*), deveu-se às discussões acadêmicas para a concepção de um programa de pós-graduação que pudesse incorporar alunos egressos das Escolas de Arquivologia, Biblioteconomia e Arquivologia, já que a Unirio era a única universidade brasileira que oferecia os três cursos que tiveram origem no

Tomando-se o conceito clássico de documento como sendo o suporte físico da informação, idealizamos o objeto museológico, o dossiê arquivístico e o livro como objetos isolados de estudo da Museologia, da Arquivologia e da Biblioteconomia, os quais poderiam ser observados por suas semelhanças e diferenças, tanto no plano conceitual, quanto nos processos de organização institucional e em sua relação com a sociedade.

Talvez tivesse sido mais fácil admitir que estávamos nos ocupando do objeto errado: se invertêssemos conteúdo e continente, teríamos a informação como objeto de estudo das três áreas. Isto certamente resolveria, em parte, a questão interdisciplinar; por outro lado, ampliaríamos o universo da observação, devendo-se incluir aí a comunicação, a genética, a informática, a arqueologia, só para citar as mais evidentes. A alternativa poderia ser a de considerar o espaço institucional como o objeto principal de estudo, o que nos levaria a identificar *locus* com objeto. E, ainda, reconhecer os conjuntos documentais (*arquivo, acervo ou coleção*) como sendo o objeto disciplinar, o que nos conduziria novamente ao documento.

Permanecer no documento, entretanto, seria regredir às discussões de décadas passadas, nas quais o termo documentação se identificou com o processo de ruptura no âmbito da Biblioteconomia, após a criação do Instituto Internacional de documentação por Paul Otlet. A [Unesco](#) (1968) em obra traduzida por [Gomes](#), (1980)³ e [Lasso de la Vega](#) (1969)⁴ apresentam trabalhos clássicos sobre esse processo de ruptura. Os dois trabalhos, no entanto, pressupõem a criação de uma nova disciplina designada ‘documentação’, ao considerar o isolamento da ‘bibliografia’ como uma disciplina emergente do seio da biblioteconomia. Assim, nas discussões sobre a gênese e a evolução da biblioteconomia, documento e documentação estariam definitivamente ligados ao passado, uma vez que a ciência da informação, pela sua própria denominação, optou pela informação como seu objeto de estudo. [Mostafa](#) (1985)⁵, em sua tese de doutorado sobre a epistemologia da biblioteconomia, apresenta uma rica discussão sobre esse tema. E, ainda, podem ser consultados [Mendonça de Souza e Dodebei](#)(1992)⁶

Arquivos, bibliotecas e museus

Há muito se vem discutindo modelos teóricos e conceituais de interseção entre os lugares tradicionais de memória, notadamente os museus, as bibliotecas e os arquivos, principalmente com a criação dos chamados centros culturais, posteriormente designados por casas de cultura ou por centros de memória, em substituição às configurações institucionais criadas a partir da década de 50 do século passado em que a memória do conhecimento era organizada e disseminada em “*centros de documentação*” e “*centros de informação*”.

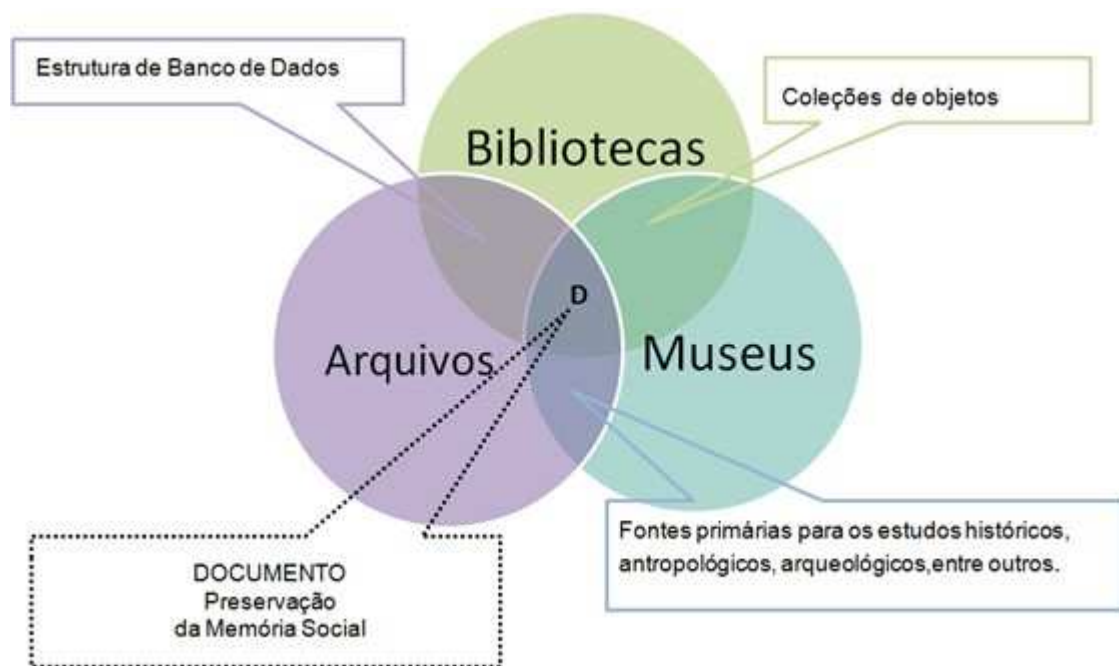
Traçar um percurso histórico sobre a evolução dessas “*casas*” é trabalho já desempenhado com louvor, desde [Suzanne Briet](#) (1951) com o texto [Qu’est-ce la documentation?](#), atualizado por pesquisadores que demonstraram a preocupação com o confronto dos pares conceituais documento/informação, ciência/técnica, como [Pinheiro](#) (1997), até à reflexão epistemológica de [Rafael Capurro](#) (2005). É bem verdade que havia uma separação, nem sempre muito nítida, entre o bem cultural, o bem informacional e o bem documental. Assim, deixava-se a cultura para os museus, a informação para a biblioteca e os documentos administrativos para os arquivos. Mas quando os centros culturais ou centros de memória surgiram ([Grunberg](#), 2005)⁷ e se multiplicaram, esses tipos de “*bem*” foram absorvidos pelo que hoje se pode chamar de patrimônio cultural. Todas essas casas passam a ser “casas de patrimônios”, quer dizer, um pouco museus, um pouco arquivos, um pouco bibliotecas, um pouco espaços de lazer e encontros presenciais.

Na década de 90 do século passado, alguns estudos foram empreendidos na tentativa de compreender o processo pelo qual a sociedade enfrentaria o desafio da informatização na esfera dos registros organizados da memória social. A busca de traços identitários entre essas instituições que abrigavam objetos com conteúdo cultural obrigou os especialistas a estudar os procedimentos teóricos, conceituais e metodológicos de cada uma das disciplinas tradicionais que tinham a memória como centro de estudo ([Dodebei](#), 1997).

O núcleo da interseção entre as três áreas ora se inclinava para o caráter de valor documental de seus objetos ora para os processos de identificação, descrição e comunicação de seus conteúdos informacionais. Não há dúvida de que naquela época já havia indicações da importância dos estudos informacionais para a sobrevivência não só das instituições como, principalmente, dos meios de circulação dos bens culturais. As evidências de busca de interação entre os três campos - Biblioteconomia, Arquivologia e Museologia - estão presentes na literatura técnica dessas áreas e o fato de haver conflitos na conceituação é, seguramente, um indicador das interfaces existentes entre as práticas disciplinares. Para um modelo que se estabelece em bases interdisciplinares, verificamos que o núcleo de interseção mais forte, sem excluir outras interfaces ou fronteiras, era, certamente, o objeto de estudo de

cada uma das disciplinas.

Figura 1 Preservação dos documentos em instituições de memória



Mas isto não seria suficiente para repensar o conceito de documento, uma vez que nos veríamos no círculo vicioso do *objeto-documento/documento-objeto*, como afirma [Edgar Morin](#) (1977), um círculo infernal. Parafraseando Morin, a missão era cada vez mais difícil e a demissão era, naquele momento, impossível. Na tentativa de escapar do paradigma binário, o esforço se concentrou na identificação de outro atributo comum, ou melhor, adjacente ao objeto de estudo, que permitisse acrescentar novo referencial ao binômio objeto/documento. O comprometimento institucional foi o forte indicador de que se por um lado não havia a intenção de anular as instituições Arquivo, Biblioteca e Museu (*situação em que resgatariamos a idéia de informação como objeto de estudo*), por outro lado, a existência e a permanência de tais instituições implicava a noção de preservação, o que nos levou ao sentido de memória.

Materialidade e reprodutibilidade

Como pressupostos à nossa tese, relatamos algumas discussões emergentes, à época, no campo da conceituação de documento que permitiram estabelecer a problemática levantada acerca de seu conceito. Uma delas defende a divisão do universo dos documentos em tangíveis e não tangíveis. A dicotomia visa, primordialmente, explicar a existência do documento fora de sua materialidade, entendendo-se por tangibilidade não só a visibilidade mas, sobretudo, a ação de registro material ([Ocampo](#), 1991, p. 2). Em defesa dessa corrente de pensamento, Ocampo conceitua documento como tudo aquilo a que se atribui determinados significados e afirma que:

"existem documentos registrados nos mais diferentes suportes (o que dá origem ao conceito de bem cultural tangível), por outro lado existem também documentos que não se encontram registrados em suportes materiais e que nem por isso deixam de ser resultado de manifestações culturais significativas, tais como mitos de criação, lendas, superstições, músicas (bens culturais intangíveis)."

Outro conjunto de discussões coloca ênfase na propriedade de reprodutibilidade do documento. Buscamos, a título de exemplo, na literatura de ficção a opinião de [Ruben Fonseca](#) (1994, p. 66-7), quando ele comenta as apresentações de Carlos Gomes, na Itália do século XIX:

"Vamos por um instante fixar na tela esta imagem de congraçamento no ensaio de O Guarani, para conversar, em voz baixa, como se deve fazer na sala escura do cinema, sobre a História e a Memória. As vozes de Maurel, de Tamagno, que ainda são jovens e terão longas carreiras, e a de alguns outros grandes artistas destes dias, não muitos, serão preservadas para a posteridade. A maioria se perderá. Ainda faltam alguns anos para que surja a invenção de Edison, que aqui será chamada de macchina parlante; não há ainda disco, cilíndrico ou chato circular, nem o de amberol, nem o de acetato; e não há o cinema - já inventaram o zoetrope, e um monte de sonhadores trabalha em novas

tecnologias, mas ainda é um pouco cedo - nem há o videoteipe, nem o cd-rom e a multimídia computadorizada. Este mundo da música, do qual vemos um pequeno fotograma congelado na nossa tela, não está sendo preservado, suas belas manifestações nos concertos, nos espetáculos - e nas tertúlias lítero-musicais, vá lá - são evanescentes, como os ectoplasmas dos fantasmas. Dele apenas permanecerão libretos, partituras e as palavras, as palavras dos que viram e ouviram. Jamais terá esse mundo sua emoção e seus prodígios virtuosísticos recuperados: perderam-se para sempre as vozes, como se perderam os gestos dos maestros, os sons específicos daqueles instrumentos musicais, os movimentos dos bailarinos, o arrebatamento das platéias, os sonhos de todos. "

A reprodutibilidade parece também ser necessária à permanência de uma memória que é, sem dúvida, um recorte momentâneo do social. E a tecnologia, que sempre contribuiu para a fixação material de momentos importantes da ação social desde a pintura rupestre, os papiros e os pergaminhos até a imprensa, o disco, o cinema e o *ship* eletrônico, atualmente fragiliza, no complexo jogo entre o concreto e virtual, a preservação da memória social. As mudanças comportamentais na virada do século XX para o século XXI nos deixam, às vezes, sem fôlego para compreender de que maneira poderemos controlar, acessar e preservar as ações sociais representativas das culturas existentes, diante da dualidade do tradicional, materialmente palpável, e do virtual, concretamente imaterial.

Nesta abordagem, as evidências de insuficiência *teórico-metodológica* nas ordens de leitura para a existência e convivência do objeto no campo cultural conduzem, portanto, à tarefa que retomei em meu trabalho de tese de doutoramento e que é, de fato, complexa. Em todo caso, se os olhares singulares só enxergam problemas singulares, o que não é, absolutamente, nosso caso, teremos que encontrar um caminho que nos permita enfrentar o múltiplo, o variável, o circunstancial, na tentativa de relacionar *objeto-documento-memória*. E ainda, enfrentar um *espaço-tempo*, ou nas palavras de [Maffesoli](#) (1994), um tempo que se torna espaço.

Unicidade, virtualidade e significação

A tese principal da qual me ocupei naquele momento era a de que os conceitos de documento apresentados pelos vários campos do saber não eram adequados à preservação memória social. O documento não pode representar, ao mesmo tempo, tanto a memória instituída quanto a memória em criação. O conceito de documento deve, sim, ser apreendido como um “constructo” que reúna as seguintes proposições:

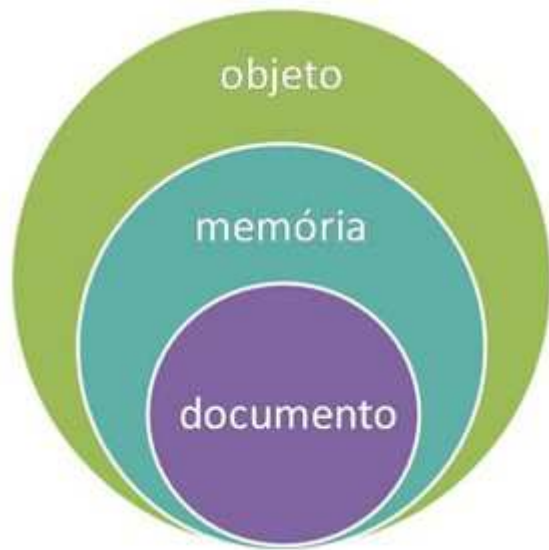
Primeira proposição: *Unicidade* - Os documentos que são os objetos de estudo da memória social não são diferenciados em sua essência ou seja, não se agrupam em categorias específicas, tal como os exemplos tradicionais: o livro para bibliotecas, o objeto tridimensional para museus e o manuscrito para arquivos.

Segunda proposição: *Virtualidade* - A atribuição de predicáveis ao objeto submetido ao observador dentro das dimensões espaço-tempo é seletiva, o que proporcionará, arbitrariamente, uma classificação desse objeto.

Terceira proposição: *Significação* - A transformação dos objetos do cotidiano em documentos é intencional, constituindo estes uma categoria temporária e circunstancial.

O conceito tradicional de documento - todo o suporte material da informação - deve ser revisto, uma vez que não encontraremos seu sentido e seu significado tomando, apenas, sua forma e seu potencial informativo, sem considerar a interlocução e, mais especificamente, a intenção de preservação no âmbito da memória social.

Figura 2 – Valor documental



A figura acima mostra que no universo de produção social, alguns objetos sofrerão mudança de status, no que concerne à memória social, com a atribuição de valor *documental/patrimonial*. Esse processo de atribuição de valor é temporário e circunstancial pois depende das relações entre o objeto, o sujeito que o vai valorizar e as condições existentes no tempo e no espaço para que essa ação seja realizada. Como afirma [Jean Davallon](#) (2006) para o valor patrimonial, não há objetos nascidos patrimônio. A relação dos objetos ao que eles significavam no seu universo de origem é de natureza constitutivamente indiciária, e não icônica (*representação*) ou simbólica (*convenção*).

A atribuição de valores documentais e patrimoniais aos objetos produzidos pela sociedade não pode ser pensada de modo definitivo, uma vez que a ação documental/ patrimonial é produto de relação circunstancial. Levando-se em conta essa circunstancialidade, pode-se afirmar que na sociedade existem objetos que podem ser analógicos ou digitais, e valores que são abstrações com existência no plano virtual. Isto nos facilita pensar que nem todos os objetos que circulam na sociedade devem ser protegidos contra o perigo da perda, somente deverão ser cuidados aqueles que foram valorizados, ainda que temporariamente, como documento/patrimônio. Seria então possível pensar em *despatrimonialização* ou *repatririmonialização*?

A dinâmica do documento e o cenário tecnológico da cultura digital

Martin Hand, em seu livro [Making digital cultures: access, interactivity, authenticity](#), editado em 2008, nos convida a pensar a relação entre cultura e tecnologia e propõe que devemos refletir sobre a possibilidade de desenvolver uma ontologia ou uma teoria da tecnologia, tomando-a como um objeto ou como uma dimensão separada dos demais campos do conhecimento e não apenas como um instrumento de produção, acesso e uso da informação. A tecnologia seria um dos modos possíveis de olhar o mundo. Seria, assim, um dado cultural. Que pontos de contato desses modos de ver o mundo podemos destacar se considerarmos a evolução ou talvez a revolução causada às culturas e à sociedade pela informatização dos objetos?

A tecnologia desenvolvida até o início do século XX pode ser, grosso modo, denominada de tecnologia de propriedades físicas - tecnologia moderna. Poucas décadas depois as tecnologias são explicitamente relacionadas à manipulação da informação - tecnologia pós-moderna ([Hand](#), 2008, p. 52).

Os quadros a seguir são adaptações da proposta de Hand, como resultado da soma (e não da síntese) de discursos de muitos autores sobre a cultura digital, com destaque para Lev Manovich, Manoel Castells, Pierre Levy, Mark Poster ⁸

Figura 3 – Conceitos da Cultura Digital

Tecnologias modernas Tecnologias pós-modernas

Materia	Discursiva
Contínua	Discreta
Objetos	Espaços
Determinada	Indeterminada
Instrumental	Cultural
Atual	Virtual
Centrada	Descentrada
Fixa	Móvel
Governável	Ingovernável
Efeitos	Performances

Figura 4 – Cenário das Bibliotecas Públicas

Discurso Moderno	Bibliotecas Públicas	Discurso Pós-Moderno
Coleção		Interfaces
Repositórios de artefatos culturais valorizados (documentos), conhecimento universal e cultura legitimada		Difusão de informação e artefatos culturais por todos os campos sociais coletores de conhecimento
Pedagogia		Empoderamento
Sítios de informação direcionados à instrução e edificações públicas		Provisão baseada na igualdade de direitos de cidadania; da instrução à auto-educação
Legitimação		Democratização
Prover capital simbólico e cultural legítimo		Fomentar múltiplos patrimônios culturais e tradições
Guarda		Compartilhamento
Guardiões da história e da memória coletiva		Da legitimação às práticas de pertencimento comunitárias

Se observarmos as mudanças que ocorrem nesta representação da inserção da biblioteca pública na sociedade contemporânea em dois momentos que não são sucessivos, ao contrário, coexistem na sociedade, vemos que o conceito de documento não ganha muito espaço no cenário esquematizado para a era pós-moderna. Essa perda de espaço pode explicar, assim como ocorre com a memória, a preocupação das instituições em afirmar a importância tanto do documento como da memória para as gerações futuras.

Observa-se que na pós-modernidade há uma metavalorização do documento quando a sociedade o eleva à condição de patrimônio cultural, no sentido de ampla apropriação das tradições. Ora, se o patrimônio é também um valor, assim como o é o documento em relação aos materiais da história, isto implicaria em legitimação. E é exatamente neste ponto que encontramos pouquíssimas instâncias que estejam discutindo o que, quem e como preservar os objetos nascidos digitais e valorizados em patrimônio. Talvez esse seja nosso próximo desafio: lidar com o paradoxo da manutenção de bens patrimoniais quando o default social é o consumo e o esquecimento.

A produção ubíqua e a memória digital

A passagem acelerada do patrimônio cultural para o território do ciberespaço, com a criação dos museus virtuais, das bibliotecas digitais e dos documentos eletrônicos (*de arquivo*) implicou a mudança das mídias tradicionais para mídias digitais, o que resultou numa convergência que passa a ser a do objeto informacional. A obra coletiva intitulada *Le document à la lumière du numérique* (Pédauque, 2006) nos convida a pensar sobre os desafios que já estamos enfrentando no campo da informação e da memória nessa passagem para uma nova modernidade. Michel Melot (2006) no prefácio da referida obra diz que ao lidarmos com o digital, aquilo que chamamos de documento passa a vivenciar mudanças profundas. Texto, mídia ou memória são amplamente redefinidos, assim como são

transformadas as funções de autor, editor, leitor ou bibliotecário.

As formas contemporâneas de produção, circulação e utilização de documentos digitais que acompanham o surgimento de uma nova modernidade são analisadas e colocadas em perspectiva com estilo e clareza por Roger T. Pédauque (*nome dado ao grupo que escreveu coletivamente a obra e que significa “.doc.”*). Ele nos convida a pensar que não é a forma, muito menos o conteúdo que pode definir o que é um documento, mas o seu uso. Os três textos incluídos na coletânea – forma, signo e meio; o texto em jogo, permanência e transformação do documento; e, documento e modernidade - constituem, para o tema, o primeiro "*clássico*" das humanidades desta era digital:

O que podem dizer os lingüistas diante de um byte e os semiólogos ante um pixel? ... Se a missão a que nos convida Roger deve ser orientada para as Ciências Humanas que estudam mais as condições sociais de validade do documento, e menos os suportes materiais ou a forma dos signos, o conhecimento dos meios técnicos e dos aspectos econômicos envolvidos na constituição do documento não são menos relevantes. Se quisermos ir mais longe, no sentido de alcançar um domínio razoável sobre as novas tecnologias, temos que anular as estratégias que deixam seus processos opacos.

Michel Melot (2006, p. 13).⁹

Nesse sentido, Frohmann, com os textos [Revisiting "what is a document?"](#) (2009) e [Documentary Ethics, Ontology, and Politics](#) (2008) que parecem ser próximos da conferência que ele proferiu no Encontro Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Ciência da Informação em 2006, na Universidade Estadual de São Paulo, campus de Marília, nos oferece, com a ajuda de Bruno Latour, uma oportunidade de pensar o conceito não como um constructo de atributos, mas como um agente social. Em vez de "*o que é o documento?*" a pergunta seria "*o que faz o documento?*". [Bruno Latour \(2006\)¹⁰](#), em *Uma sociologia sem objeto?* Notas sobre interobjetividade nos convida a repensar a sociologia a partir da noção do objeto. Latour considera que os modelos de análise propostos pelo interacionismo ou etnometodologia apenas compreendem o social no que se refere à redução da distância entre o indivíduo e a sociedade, o agente e a estrutura, quando procuram religar aquilo que os tem separado.

Mesmo que o indivíduo ou a estrutura sejam tomados como ponto de partida ou de chegada dessas análises, ou que estas análises se proponham a religá-los dialeticamente, elas precisam recolocar o social sobre a existência substancial quer seja da ação individual, quer seja da estrutura. O operador simbólico "*cerze*" essas rupturas e possibilita então a passagem entre os dois níveis de análise, permitindo designar a presença de uma das duas ausências no quadro da interação social.

Ao defender a reintrodução do objeto na sociologia, o autor não se propõe a promover uma sociologia do objeto. Em sua opinião, o objeto é ator e mediador de toda a ação social e adquire o estatuto de ator social legítimo, "*atuante*" (*actant*). Ultrapassando a "coisificação" *durkheimiana*, Latour considera que o "*sociologismo*" inerente à recusa de pensar os objetos deve ser ultrapassado por uma sociologia que invista no estudo das condições interobjetivas (e não das intersubjetivas) da vida social.

Podemos pensar o objeto como um agente, um "*actant*" ao lado do "*ator*" de Latour, mas não eliminamos ainda dos universos social e cultural a idéia de documento. Estaria ela a desaparecer, como apenas um formato de inscrições que são substituídas pela tecnologia? Voltaríamos ao ponto de partida, já que indicamos que o documento é sempre virtual por ser uma atribuição de valor aos objetos escolhidos para manter a memória. Recentemente temos acompanhado as ações relacionadas às políticas públicas para acervos digitais por meio do [Forum Brasileiro de Cultura Digital](#), criado em setembro de 2009, com a cooperação da Rede Nacional de Pesquisa e do Ministério da Cultura. A missão dessa rede social é a de reunir no curso de um ano uma variedade de opiniões relacionadas com a "cultura digital", a fim de orientar futuras políticas públicas. O Fórum em si não é uma interface cujo objetivo é propor mudanças legais, mas os documentos que são gerados por ele podem potencialmente servir de conteúdo para as futuras discussões sobre políticas governamentais. ([Dantas, Dodebei, 2010](#)).

Figura 5 - [Distribuição geográfica dos usuários do fórum](#)

LINGUA	FALA
Social	Individual
Essencial	Acessório mais ou menos acidental
Registrada passivamente	Ato de vontade e de inteligência
Psíquica	Psicofísica
Soma de marcas em cada cérebro	Soma do que as pessoas dizem
Modelo coletivo	Não coletivo

O mapa (*para melhor visualização do mapa com dados numéricos por estado, siga o link*) mostra que a distribuição dos participantes nesta interface digital é geograficamente desigual. Em 15 de janeiro de 2010 existiam 3.692 usuários, dos quais 1.045 foram localizados no estado de São Paulo, a área mais industrializada do Brasil. Apesar desta discrepância, notamos que pessoas de todo o país estão envolvidas no Fórum.

Os grupos de discussão se organizaram em temas como a música na web, a digitalização de documentos ou a difusão do conhecimento por meio de Tecnologias da Informação e Comunicação. Cada grupo envolvido na discussão usava suas próprias redes, que poderiam ser criadas por qualquer cidadão brasileiro. Ao mesmo tempo, os proponentes do Fórum criaram cinco grupos de trabalho, cada um deles com coordenadores encarregados de elaborar um relatório final. Esses grupos são: *Memória Digital*, *Comunicação Digital*, *Cultura Digital/Infra-estrutura*, *Arte Digital* e *Economia na Cultura Digital*. Além desta rede virtual, o Fórum organizou uma conferência em novembro de 2009 para promover novas discussões e debate dos trabalhos em curso.

O Grupo de Trabalho Memória Digital tinha, em janeiro de 2010, 197 membros. Embora já tenham sido iniciados debates sobre os temas relacionados à preservação da informação na web, importantes instituições no campo da tecnologia da informação no Brasil não estavam envolvidas nesta iniciativa (Lourengo, 2010). Esta foi uma fonte de reclamações entre os ciberativistas que tentaram usar o Fórum como uma oportunidade de fazer suas declarações sobre o tema da preservação da memória. É importante ressaltar que, embora em 2004 o Conselho Nacional de Arquivos tenha elaborado uma versão nacional da Carta da Unesco sobre a Preservação do Patrimônio Digital, publicada em 2003, não houve iniciativas anteriores ou paralelas relacionadas a este tópico.

A fim de tentar mapear o conceito de "*memória digital*" que circulou no Fórum, nosso objetivo foi o de responder a esta pergunta: o que é exatamente entendido por "*memória digital*"? Em primeiro lugar, a categoria parece ser muito amplamente definida, assemelhando-se a definição de abordagens antropológicas de cultura. Basicamente, qualquer coisa na Internet pode caber nesta categoria, que se configura como um grande guarda-chuva. No documento sobre o patrimônio digital há uma descrição sobre o estado da arte no Brasil, em que se aponta que o país está envolvido em importantes movimentos internacionais, como o *Movimento de Software Livre*, e projetos de patrimônio, como a *world digital library*. No entanto, existe uma falta de coordenação por parte das instituições comprometidas com esses projetos e não há protocolos nacionais específicos relacionadas com a preservação e o acesso a dados digitais, ou seja, infra-estrutura e metadados.

Por um conceito aberto de patrimônio digital

As indicações de que o conceito de documento vem se deslocando do positivismo que abrigou os estudos históricos para o culturalismo que conforma os discursos da memória digital, nos levam a refletir sobre a preservação desses objetos valorizados culturalmente não mais como documentos, mas como patrimônios, digitalizados ou nascidos digitais. No grupo de trabalho - memória digital, do *Forum Brasileiro de Cultura Digital*, não foram feitas menções sobre o conceito de patrimônio nascido digital (*born-digital heritage*) nem no Brasil, nem em outros países. Mais do que um conceito, o termo memória digital foi usado como categoria ampla, como já mencionamos,

que não nos pareceu incluir o patrimônio nascido digital. O documento final do Fórum defende a criação de um protocolo para a preservação da memória digital usando softwares de acesso livre (*fonte aberta*). Ao mesmo tempo, ele postula que, sem um nível mínimo de comunicação entre as instituições do país sobre o tema, existe o risco de ineficácia: o mesmo manuscrito pode ser digitalizado duas vezes, ocasionando a duplicação dos gastos em processamento de dados do mesmo arquivo em código binário. Assim, como é improvável e até mesmo indesejável que a preservação digital seja centralizada, é interessante refletir sobre os possíveis meios de coordenação e como assegurar o uso eficiente dos recursos.

O documento do Fórum, assim como as discussões efetuadas ao longo do encontro, revelam o estado atual da questão no Brasil e, levando-se isto em consideração, a ausência de qualquer referência explícita à preservação do patrimônio nascido digital se torna mais compreensível. Percebemos que, se por um lado, o Brasil incorporou rapidamente ferramentas de redes sociais (*Orkut e Facebook*), ou ferramentas de *micro-blogging* (*Twitter*), por outro, há poucas experiências relevantes no que diz respeito à incorporação de ferramentas de compartilhamento como *Omeka ou Archive-it*. Patrimônio nascido digital não tem rastro analógico e, portanto, pertence à memória digital processual. Assim, embora a discussão do Fórum tenha sido guiada pela utilização de tecnologias emergentes, as hipóteses em causa pertencem ao paradigma analógico em que os ativos do patrimônio correspondem a um objeto estático e não a páginas web ou coleções de "tweets" que são narrativas digitais.

Com isso, cinco questões merecem atenção nessa transformação da sociedade analógica para a sociedade digital: 1- *Salvaguardar ainda a produção intelectual armazenada nas memórias documentárias?* 2- *Fazer os patrimônios digitais conversarem entre si?* 3- *Considerar a leitura hipertextual dos recursos organizados em páginas, sites e portais na web?* 4- *Indexar e recuperar os recursos informacionais com auxílio de programas lógicos e manter arquivos reprodutíveis?* 5- *Proteger ou Disseminar (como forma de preservação dinâmica) as memórias que circulam na web?*

Essas decisões são complexas e, portanto, difíceis de serem resolvidas em curto prazo. Algumas deixarão de ter sentido com a mudança do cenário cultural, incluída aí a tecnologia. De todo modo, o valor patrimonial designado aos objetos indicados como memória parece ganhar supremacia ao valor documental, pelo caráter coletivo da herança social. As "nuvens" de memórias virtuais e suas linguagens são, pela própria constituição do conhecimento que emerge da grande rede social, coletivas, interativas e processuais. E nesse sentido, o significado que a ideia de documento possa ter para a memória digital é, certamente, representado pela circunstancialidade e temporalidade do valor de memória social atribuído a determinado objeto.

Síntese automática e compartilhada de nossa narrativa,



Notas:

[1] Artigo baseado na comunicação apresentada à Mesa Redonda: Ciência da Informação, origens, contexto e trajetória epistemológica; relações com a Documentação. I Seminário de Estudos da Informação – Documento: gênese e contextos de uso. Universidade Federal Fluminense, 28 – 30 de abril de 2010.

[2] Ver Construindo o conceito de documento para a memória social: comentários de atualização, comunicação efetuada no Centro de Altos Estudos em Ciência da Informação e Inovação, vinculado à Coordenação de Ensino e Pesquisa em Ciência e Tecnologia da Informação do IBICT, em 30 de março de 2010.

[3] Em fins do século XIX, Otlet e La Fontaine começaram a preparar a sua bibliografia universal utilizando os catálogos de biblioteca do tipo tradicional e escolheram o Sistema Decimal de Dewey como base de sua classificação. No entanto, não só se preocuparam em fazer um trabalho completo, mas também em submeter os materiais bibliográficos a uma análise de conteúdo mais profunda do que a até então feita pelos bibliotecários e, para diferenciar sua atividade da Biblioteconomia, deram-lhe o nome de Documentação. Desse modo começou, na Biblioteconomia, um cisma que ainda não terminou. (GOMES, H. E. 1980, p. 91).

[4] En el campo internacional, la palabra surge en virtud de propuesta presentada por los fundadores del Instituto Internacional de Bibliografía, Paul Otlet y Henry Lafontaine, en la X Conferencia Internacional, celebrada el año 1931, en la que se acordó sustituir la palabra bibliografía por la de documentación. No se conservan las actas de la sesión en que dicha propuesta fue presentada ni de la forma, por lo tanto, en que se planteó y llevó a término la discusión. (Lasso de La Vega, Javier, 1969, p. 109).

[5] A Ciência da Informação pretendeu revitalizar o processo de comunicação formal e para isso teve de penetrar também nos mecanismos da comunicação informal. Contudo, toda essa revitalização do próprio objeto agora entendido mais em termos de conteúdo do que de forma (veja-se, por exemplo, a alegria dos bibliotecários ao reconhecerem que o objeto da biblioteconomia não é mais o livro mas a informação), restringiu a informação em ciência e tecnologia na fase da criação. (Mostafa, Solange Puntel, 1985, p.58).

[6] Este trabalho, dividido em três partes, aborda na primeira a gênese e a evolução da Biblioteconomia. Na segunda, enfoca os aspectos da evolução da formação profissional, analisando os currículos das escolas de formação, no Brasil, desde 1911, data da criação do primeiro curso na Biblioteca Nacional. A terceira parte apresenta os modelos pelos quais a Biblioteconomia se valeu para explicar todas as suas transformações. O texto conclui com a suposição de que a Ciência da Informação é um grande “guarda-chuva” que abriga várias disciplinas, as quais têm na informação a sua preocupação de estudo ([Mendonça de Souza, A, Dodebei, V](#), 1992)

[7] Segundo Grunberg o Centro George Pompidou, em Paris (França), é considerado modelo de organização informacional e inspirou a criação de similares em todo o mundo. Essa vem sendo a razão pela qual seus organizadores avaliam o decréscimo de público que visita a instituição, pois ela divide com outros o serviço informacional que outrora era singular para a população ([Grunberg, Gérald](#), 2005).

[8] Indicaremos aqui as obras consultadas desses autores que vêm nos ajudando a pensar os valores de documento e patrimônio para a preservação da Memória Social: Lev [Manovich](#) (2001, 2003, 2008); Manoel [Castells](#) (2003, 2005), Pierre [Levy](#) (1998, 2003, 2005), Mark [Poster](#) (1995a, 1995b)

[9] Que peuvent dire les linguistes devant un octet et les sémiologues devant un pixel ? [...] Si la quête à laquelle nous invite Roger doit être orientée vers les sciences humaines qui étudient les conditions sociales de validité du document, plus que la matière des supports ou la forme des signes, la connaissance des moyens techniques mis en oeuvre et des économies qui les portent n'en est pas moins indispensable. Si l'on veut aller plus loin vers une maîtrise équitable des nouvelles technologies, il faut traquer les stratagèmes qui rendent leurs processus opaques. Michel [Melot](#), 2006, p. 11 (préface). (Pédauque, Roger, 2006).

[10] Ver coletânea organizada por Octave Debary e Laurier Turgeon que reúne, em uma perspectiva interdisciplinar, a reflexão de antropólogos, psicólogos, historiadores da arte e museólogos em torno da articulação de dois conceitos chaves das Ciências Sociais: o conceito de objeto e o conceito de memória. Publicada em 2007, por Les Presses de l'Université Laval em Quebec, Canadá, a obra organiza as contribuições de treze pesquisadores ao longo do colóquio patrocinado pelo [Centre Interuniversitaire d'études sur les Arts et les Traditions](#) que aconteceu no Canadá, no ano de 2004.

Referências Bibliográficas

- BRIET, Suzanne. Qu'est-ce La documentation? Paris: Éditions Documentaires Industrielles et Techniques, 1951.
- CALVINO, Italo. Seis propostas para o próximo milênio: lições americanas. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.
- CAPURRO, Rafael. Epistemologia e Ciência da Informação. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, V (ENANCIB), Belo Horizonte (Brasil) 10 de Novembro de 2003. Trad. de Ana Maria Rezende Cabral, Eduardo Wense Dias, Isis Paim, Ligia Maria Moreira Dumont, Marta Pinheiro Aun e Mônica Erichsen Nassif Borges. Disponível em: <http://www.eci.ufmg.br/enancib>. Acesso em: 24 de julho, 2010.
- CASTELLS, Manuel. A galáxia da Internet: reflexões sobre a Internet, os negócios e a sociedade. Rio de Janeiro: Zahar, 2003.
- CASTELLS, Manuel. A sociedade em rede. São Paulo: Paz e Terra, 2005
- DANTAS, C. DODEBEI, V. Research notes on the emerging concepts of digital heritage in Brazil. In: Proceedings of the second conference on cultural attitudes towards technology and communication. Vancouver, Canadá: University of British Columbia, 2010.
- DAVALLON, Jean. Le don du patrimoine: une approche communicationnelle de la patrimonialisation. Paris: Lavoisier, 2006.

- DEBARY, Octave; TURGEON, Laurier (Org.) *Objets & mémoires*. Paris: Éditions de la Maison des Sciences de l'Homme; Québec: Les Presses de l'Université Laval, 2007. 249 p.
- DODEBEI, Vera. O sentido e o significado de documento para a memória social. Rio de Janeiro. Tese (Doutorado em Comunicação e Cultura) Rio de Janeiro: Universidade do Rio de Janeiro, UFRJ, 1977.
- FONSECA, Rubem. O selvagem da ópera. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.
- FROHMANN, Bernd. Revisiting "what is a document?" *Journal of Documentation*, v. 65, n. 2, p. 291-303, 2009.
- FROHMANN, Bernd. Documentary Ethics, Ontology, and Politics. *Archival Science*, v. 3, n. 8, 165-180, 2008.
- GOMES, H. E (Org.). *Ciência da Informação ou informática? Organização e tradução de Hagar Espanha Gomes*. Rio de Janeiro: Calunga, 1980. 112p. (publicado em *UNESCO Bulletin for Libraries*, v.22, n.2, p. 58-63, mar./abr., 1968.)
- GRUNBERG, Gérald. TIC e bibliotecas: o exemplo da Bpi do Centro Georges Pompidou. In: *Sociedade da Informação: novo paradigma para as bibliotecas*. Rio de Janeiro: Goethe-Institut; Aliança Francesa; CRB-7, 19-20 de maio de 2005.
- HAND, M. *Making digital cultures: access, interactivity, and authenticity*. England, Ashgate Publishing, 2008.
- LASSO DE LA VEGA, Javier. *Manual de documentación: las técnicas para la investigación y redacción de los trabajos científicos y de ingeniería*. Barcelona: Labor, 1969.
- LOURENÇO, R.S. Documento do eixo memória digital. Disponível em <http://www.slideshare.net/Culturadigital/documento-do-eixo-memoria-digital>. Acesso em 10 Janeiro, 2010.
- LÉVY, Pierre. *A inteligência coletiva: por uma antropologia do ciberespaço*. São Paulo: Loyola, 2003.
- LÉVY, Pierre. *Cibercultura*. Paulo Neves (Trad.) São Paulo: Ed. 34, 2005.
- LÉVY, Pierre. *O que é o virtual?* São Paulo: Ed. 34, 1998.
- MAFFESOLI, Michel. O poder dos espaços de celebração. *Rev. Tempo Brasileiro*, Rio de Janeiro, n. 116, p.59-70, jan./mar. 1994.
- MANOVICH, Lev. *New media from Borges to HTML*. In: WARDROP-FRUIIN, Noah, MONFORT, Nick (Ed.) *The new media reader*. Cambridge, Massachusetts/London, England: The MIT Press, 2003.
- MANOVICH, Lev. *Software takes command*, 2008. (versão preliminar em PDF). Disponível em <http://www.manovich.net/>. Acesso em 10 setembro de 2010.
- MANOVICH, Lev. *The language of new media*, 2001 (versão preliminar em PDF) Disponível em <http://www.manovich.net/LNM/index.html>. Acesso em 10 setembro de 2010.
- MELOT, Michel. Préface. In: PÉDAUQUE, Roger T. *Le document à la lumière du numérique*. Caen, Fr: C&F, 2006.
- MENDONÇA DE SOUZA, A, DODEBEI, Vera. Três seminários em Ciência da Informação. Rio de Janeiro: IBICT/CNPq/ECO/UFRJ, 1992. (Trabalho apresentado à disciplina *Linguagem e Ciência da Informação III: gerenciamento, economia e marketing em Ciência da Informação*, curso de doutorado em Ciência da Informação)
- MORIN, Edgar. *La méthode: la nature de la nature*. Paris : Éditions du Seuil, 1977.
- MOSTAFA, Solange Puntel. *Epistemologia da biblioteconomia*. São Paulo: PUC, 1985. (Tese de Doutorado em Filosofia da Educação)
- OCAMPO, Liana T. R. *Curso de Mestrado em Administração de Centros Culturais: esquema conceitual*. *Apontamentos Memória & Cultura*, Rio de Janeiro, v. 2, n.1, p. 1-8, 1991.
- PÉDAUQUE, Roger T. *Le document à la lumière du numérique*. Caen, Fr: C&F, 2006.
- PINHEIRO, Lena Vânia Ribeiro. *A ciência da informação entre sombra e luz: domínio epistemológico e campo interdisciplinar*. Tese (Doutorado em Comunicação e Cultura) Universidade Federal do Rio de Janeiro, UFRJ, 1997.
- POSTER, Mark. *CyberDemocracy: internet and the public sphere*. University of California, 1995a. Disponível em: <http://www.hnet.uci.edu/mposter/writings/democ.html>. Acesso em 29 setembro de 2010.
- POSTER, Mark. *Postmodern virtualities*. In: *The second media age*. Blackwell, 1995b. Cap. 2. Disponível em: <http://www.hnet.uci.edu/mposter/writings/internet.html>. Acesso em 29 setembro de 2010.

Sobre o autor / About the Author:

Vera Dodebei

dodebei@gmail.com

Doutora em Comunicação e Cultura pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. Professora da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro.